

A Grande Mídia e a Educação Pública

Roberto Bitencourt da Silva^(*)

I

Transcorridos vinte e um anos após a promulgação da Carta Constitucional que instituiu coordenadas legais e políticas de significativo sabor democrático no país, não são poucos os déficits de democracia que ainda afligem o povo brasileiro. Ciente do risco de resvalar na redundância, sublinho, todavia, e inicialmente, dois fenômenos que freiam sobremaneira o avanço e o enraizamento político, econômico e cultural do regime democrático na sociedade brasileira.

Por um lado, pode-se realçar, em perspectiva histórica, e caracterizando um fenômeno de longa duração, que a formação social brasileira foi e é marcada, fundamentalmente, pelo domínio de elites parasitárias. Nacionais e estrangeiras, habitualmente associadas. Como oportunamente destaca Bomfim (1996), em obra produzida na década de vinte do século passado, tais elites sustentam a sua dominação apoiada em um verdadeiro desprezo pelo povo, amesquinhando-o, explorando suas energias e lançando-o à ignorância e à miséria. Nenhum compromisso com o país e o povo. Não é, pois, de admirar que o Brasil seja um dos grandes “campeões” da desigualdade social, criando tantos óbices ao exercício dos direitos mais elementares do homem.

Complementando o aludido traço histórico, um fenômeno adicional – que consiste em um subproduto dos intentos maximizadores de lucro da parte das corporações internacionais e dos seus representantes domésticos – tem propiciado condições desfavoráveis à democracia e a uma vida coletiva menos iníqua, qual seja: a negação do direito ao trabalho. *Grosso modo*, a negação do direito ao trabalho é um dos resultados globais das profundas transformações tecnológicas combinadas com a intensa concentração de capitais observadas nas últimas décadas (Marini, 2000; Antunes, 2001). No plano ético, o trabalho tem sofrido a conversão de um direito básico para um mero fruto da conquista pessoal dos indivíduos. No Brasil, o referido fenômeno ganha ares de extrema perversidade (que se traduz na disseminação da cínica retórica de que o emprego só pode ser alcançado pelos mais “capazes”), levando ao desespero milhões de trabalhadores. A prevalecente crise internacional, derivada do furor ganancioso e especulativo do sistema financeiro, revela a crueldade em que se

^(*) Mestre em Ciência Política pela UFRJ, professor do Instituto Superior de Educação da Zona Oeste – Ise/Uezo/Faetec, professor de Geografia da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e diretor da secretaria de ensino superior da Associação dos Profissionais de Educação da Faetec – ApeFaetec.

assenta a estrutura de poder nacional e mundial, por guardar a marca da naturalização de um dos terríveis efeitos da crise e da sua resposta imediata, tida como “incontestável”: a supressão dos já poucos empregos da classe trabalhadora.

Com efeito, dois fenômenos, de mais alta gravidade, que seguramente contribuem para a gestação de consideráveis limites à democracia brasileira.

E a grande mídia, composta principalmente pela televisão aberta, qual a sua relação com os referidos fenômenos? Em virtude da sua posição cada vez mais central no processo de formação dos indivíduos, difundindo hábitos, *ethos* e categorias de percepção da realidade social – que estimularam Sartori (2001) a falar na emergência de uma “era do pós-pensamento”, tipificada por indivíduos passivos e advinda do império da televisão –, a grande mídia cumpre um substantivo papel na construção das representações coletivas acerca de diferentes dimensões da vida nacional. Levando em consideração ainda um alarmante dado identificado por pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro (2005), de que aproximadamente 75% da população brasileira é constituída por analfabetos e, mormente, por analfabetos funcionais, não é difícil argumentar que a grande mídia, a televisão em especial, constitua a fonte de informação por excelência de amplas camadas da população. É nesse sentido que, pondo à margem ou secundarizando os dois fenômenos em foco nas abordagens jornalísticas e em seus produtos culturais, pode-se afirmar que ela participa decisivamente do processo de criação de barreiras, subjetivas e materiais, ao avanço democrático nacional (Silva, 2006 a).

Entre outros mecanismos que compõem, particularmente, a produção, a seleção e a interpretação das notícias, concorrendo para influir no obscurecimento de algumas questões centrais que afetam a vida coletiva brasileira, podemos assinalar:

- i. Os fortes interesses comerciais e políticos que atravessam a produção jornalística, refletidos na pauta do noticiário – que norteiam o que merece ser noticiado e sob quais ângulos (Luz, 2005). Os compromissos econômicos e propagandísticos, com empresas nacionais e multinacionais, invariavelmente, interferem na produção jornalística.
- ii. A “lógica do furo”, que rege o campo jornalístico e tem suscitado, além de análises superficiais e despolitizantes sobre os mais diversos temas, uma corrida constante e desenfreada pelo fato sensacional, extraordinário, em busca de audiência e de vendas (Bourdieu, 1997). Crime, sangue, sexo, esportes, catástrofes naturais e o cotidiano das celebridades, consistem em itens majoritários do noticiário habitual. Ausência de

adensamento crítico e reflexivo, sistemática proliferação da futilidade e da superficialidade, integram, pois, o cenário das informações recebidas pela esmagadora maioria da população.

Segundo Miguel (2004, p.130), o que está em jogo nos produtos da mídia são “os princípios de percepção do mundo político e social, envolvendo crenças, valores e convicções”. Por conseguinte, é plausível afirmar que a atuação exercida pela grande mídia acarreta sérios desafios para a democracia. Desafios oriundos da sua cobertura política e eleitoral (Amaral, 2002), como também do perfil da sua retórica e das imagens veiculadas sobre diversos aspectos da vida social, estimulando a gestação e a conservação de um horizonte cultural tendente a erguer sérias barreiras ao envolvimento da coletividade brasileira com o imperativo democrático. Criam-se e disseminam-se predisposições comportamentais e axiológicas, em especial no seio dos estratos populares e médios, que entravam o avanço das práticas e das idéias consoantes à democracia. O fatalismo, a substantiva passividade política e a fácil aquiescência face às grotescas desigualdades sociais imperantes no país são algumas destas predisposições mais marcantes. Uma outra implicação comportamental de peso decorre da combinação entre o débil hábito da leitura no país e o tipo de relação que o sujeito estabelece com a televisão: o apelo ao exercício primordial da visão sobre a imagem, pondo o indivíduo em uma condição passiva e unilateralmente receptora, em detrimento do esforço intelectual da leitura, que demanda pôr em ação o pensamento (cf. Sartori, 2001).

As instituições da grande mídia, no contexto brasileiro, possuem uma dupla e tensa característica: têm um papel público e social a cumprir, ao mesmo tempo em que são controladas por agentes privados. Reformar estas instituições na direção de um real compromisso e de um controle público, tema espinhoso e complexo, representa, sem lugar à dúvida, uma necessidade essencial dos nossos tempos. Não pretendemos, entretanto, explorar tal assunto. Ressaltamos de início, esquematicamente, alguns desafios e dilemas da democracia brasileira, dentre eles os implicados na produção cultural e jornalística da grande mídia, a título apenas ilustrativo. Isto com o propósito de salientar um importante desafio legado a uma educação escolar pública que tenha a possibilidade de se preocupar com a valorização de hábitos e de práticas favoráveis ao enraizamento democrático na sociedade brasileira. Uma educação convergente com um ideal da era moderna – mas sem dúvida bastante atual – de construção de uma comunidade nacional soberana, formada por cidadãos livres e politicamente conscientes e ativos. Portanto, assinalar as altas funções da escola pública à nação é o objetivo nodal deste artigo, e o que pretendemos abaixo.

II

A defesa de uma escola atenta ao ideal democrático consiste em preceito ético há muito esposado. Ganhou visibilidade após a Revolução Francesa (Gadotti, 2004; Luzuriaga, 1985), um evento político que se encontra nas raízes da modernidade, com suas conseqüentes aspirações republicana e democrática – sementes do Estado nacional moderno, que se apoiou no curso do tempo, e se apóia, entre outros, nos primados da cidadania e da igualdade dos cidadãos que vivem no seio da nação. No Brasil, um documento marcante sintonizado com estes anseios foi o chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Malgrado o razoável intervalo de tempo da sua produção, ainda nos afastamos, sobremodo, da realização de algumas das suas aspirações elementares, como o preconizado postulado da educação pública de qualidade para todos, entendida como fator primordial do desenvolvimento cultural, político e econômico do país (Romanelli, 2003). Adicionalmente, um vetor de relevo para a promoção da identidade nacional e para a construção de uma comunidade nacional de cidadãos, soberana e assentada nos princípios da liberdade e da igualdade.

Nesse sentido, vale mobilizar o instrumental teórico elaborado pelo austro-marxista Otto Bauer. Extremamente atual, o autor desenvolveu, na Europa do início do século XX, uma singular interpretação sobre a problemática da relação entre a educação escolar e a formação de uma nação soberana, composta por cidadãos detentores da capacidade de pensamento crítico, bem formados e informados, tanto quanto livres e iguais. O autor assinala, pois, os estreitos laços de interdependência entre o esforço de construção nacional democrática e a educação escolar (Silva, 2006 b).

Bauer (2000) define a nação como uma “comunidade cultural e de destino”, talhada no curso de sucessivas gerações, que produzem, distribuem e socializam de determinada maneira os bens materiais e os valores culturais das suas vidas. Em suas palavras:

Não é a semelhança de destino, mas apenas a experiência e o sofrimento comuns do destino, uma comunhão de destino, que criam a nação (...). Somente esse destino, vivenciado numa interação mútua geral, em constante ligação de uns com os outros, produz a nação (Bauer, 2000, p. 57).

Segundo a ótica do autor, são os atributos culturais, a formação histórica e os desafios experienciados e compartilhados no seio de uma coletividade (num tempo histórico e em um espaço dado), que fornecem, por um lado, o “cimento” da comunhão entre indivíduos e grupos e, por outro, o tom da especificidade da nação em face de outros povos e nações.

Tecendo uma ácida crítica ao capitalismo, Bauer (2000) argumenta que, para que a nação se constitua plenamente, em todas as suas potencialidades, em uma “comunidade cultural e de destino”, ela deve estar organizada e orientada para o bem-estar coletivo – de modo a possibilitar o envolvimento efetivo das amplas massas da população com o patrimônio cultural nacional e com o destino e os rumos seguidos pela nação; de maneira que a maioria não se encontre na posição de pária no interior da nação, alijada do saber formal e da cultura, que devem ser acessíveis a todos. De acordo com o autor, uma “comunidade cultural e de destino” só pode realmente ser construída a partir de um amplo envolvimento coletivo; o que demanda previamente, em conformidade com esse marco teórico, uma capacidade socialmente transformadora por parte das organizações das classes populares, para se tornarem sujeitos partícipes do destino nacional.

Posto isso, um dos requisitos indispensáveis para forjar a democracia, à base de uma identidade nacional e de princípios de solidariedade social, é o acesso universal dos membros da coletividade ao patrimônio cultural, técnico e científico produzido pela própria nação e pelo conjunto da humanidade. Isto tendo em vista a participação e o controle coletivo sobre os processos de decisão política e econômica da sociedade. Ademais, visando também o fortalecimento do sentimento de pertença à nação. A escola pública aí exerce um potencial papel difusor de conhecimento e de criação dos vínculos solidários entre indivíduos e grupos. Por oposição, pobre a nação e a democracia que têm em “Big Brothers” e nas novelas seus elementos culturais identitários e integradores...

Não obstante, ainda tendo em vista a perspectiva de Bauer (2000), levando em conta a dura realidade social da Europa na virada do século XIX para o XX, a exploração capitalista liberal – submetendo as maiorias a uma alimentação precária, a uma extensa jornada de trabalho e a dramáticos problemas de moradia – inibia o envolvimento efetivo dos trabalhadores com o destino das suas pátrias. O seu trabalho, além de gerar riqueza material para os donos dos meios de produção, propiciava também a concentração dos bens culturais.

A grande dor da classe trabalhadora (...) é ficar excluída do tesouro mais valioso de nossa cultura espiritual nacional, ainda que o mais simples biscateiro tenha contribuído para promovê-la. Continua tão verdadeiro como sempre o fato de que essa cultura transforma só os padrões numa comunidade nacional (Bauer, 2000, p. 53-54).

Sem lugar à dúvida, o cenário europeu mudou drasticamente no pós-guerra com a experiência do *welfare state*. A expansão da oferta e da qualidade do ensino e o provimento de condições

elementares de vida generalizaram-se em diferentes países europeus. A criação e a universalização de serviços estatais de interesse público, como a educação, proporcionaram a emergência – parcial, diga-se –, no continente, de “comunidades culturais e de destino”¹, tais como definidas por Bauer (2000).

Entretanto, considerando o desenvolvimento desigual e combinado em que se apóia o capitalismo, países como o Brasil ainda se encontram em uma importante encruzilhada civilizatória, a saber: constituir-se em uma nação; erguer, nos termos de Otto Bauer, uma “comunidade cultural e de destino”. O equacionamento progressivo dos déficits democráticos em nossa sociedade, inevitavelmente, deve passar pela reorientação dos rumos políticos e econômicos vigentes, de sorte a proporcionar à escola condições razoáveis à difusão e à produção da cultura e do conhecimento técnico-científico no seio da nação brasileira. Nesse sentido, cumpre observar que a democracia contemporânea, em sua acepção talvez menos controvertida, é tipificada por um sentimento generalizado de pertencimento a uma comunidade nacional – sentimento apoiado na titulação jurídica e no exercício efetivo dos direitos individuais, políticos e sociais (Bobbio, 2004). Desse modo, não são insignificantes os limites erguidos à construção de tal sentimento no país, com amplos setores da sociedade destituídos de direitos reais de cidadania, sem acesso à escola pública de qualidade e abandonados a uma torpe lavagem cerebral midiática.

Com efeito, se faz necessário elevar os meios generalizados de vida do povo brasileiro, promovendo a garantia do direito ao emprego e à renda. Requisitos centrais para a criação das condições familiares minimamente compatíveis com a necessidade de se assegurar a presença e o envolvimento das crianças e dos jovens com o universo escolar. Uma opção ética, que visa proporcionar aos/as alunos/as instrumental reflexivo e informativo básico para pensar e agir no mundo, para além dos limites potencialmente imbecilizantes difundidos pela grande mídia. Mais também uma escolha que prevê a retirada do país da condição dependente e subalterna em que se encontra na comunidade internacional, pois elevar o padrão formativo da escolaridade das crianças e dos jovens brasileiros, é, ademais, critério político e econômico que converge para a geração e a disseminação do conhecimento técnico e científico, tão decantado no mundo contemporâneo.

¹ Atualmente muito ameaçadas pelos interesses e pelas exigências das forças conservadoras, especialmente pelo setor financeiro e pelas corporações multinacionais. Por outro lado, também envolvidas com os desafios da incorporação jurídica, cultural, política e econômica dos imigrantes do “terceiro mundo”, e dos seus filhos. Sobre o assunto, entre outras obras de igual relevância, consultar Bourdieu (1998).

Hoje, um passo inicial mínimo nesse sentido seria reduzir consideravelmente as taxas de juros, que há anos comprometem o Orçamento do governo federal com a dívida pública interna², de sorte a transcender a atual política econômica que dá prioridade à satisfação da gula *agiotafinancista*. A respeito, podem-se comparar duas ordens de valores: o da política assistencial, referimo-nos especialmente ao controverso Bolsa Família, e o referente aos ganhos auferidos pelos bancos. O primeiro foi dotado em cerca de R\$ 10 bilhões, no Orçamento da União, ano passado³. Por outro lado, apenas dois bancos, o Bradesco e o Itaú, auferiram nos três primeiros trimestres de 2008, cada um, a bagatela de lucros que atingiram a casa dos R\$ 6 bilhões⁴, montante superior ao programa assistencial que representa a “menina dos olhos” do governo Luiz Inácio. É evidente que não se pode construir uma nação nestes termos.

Como se diz, a educação escolar não é apenas uma questão de verbo, mas também de verba. Retórica vazia em favor da educação, comumente recheada de laivos caritativos, sem qualquer sentido prático e realmente transformador, em nada contribui para melhorar a qualidade da escola pública. A verba orçamentária pode, e deve, ser ampliada e aplicada na expansão e na melhoria física das escolas e dos recursos didáticos – como bibliotecas e laboratórios –, na manutenção dos/das alunos/as nas escolas, por meio da adoção do regime de horário integral, como também na formação e nas condições de trabalho dos/as professores/as. Com verba muito aquém das necessidades prementes, em todos os níveis de governo, mantendo-se as atuais e injustas disparidades sociais, mantendo-se a predominância da grande mídia – mui particularmente da televisão – na condição de fonte principal de informação e de formação cultural, a escola pública pouco pode fazer para dar a sua contribuição ao aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Referências

AMARAL, R. Imprensa e controle da opinião pública: informação e representação no mundo globalizado. *Imprensa e poder*, L. G. Motta (org.). Brasília: UnB, 2002.

² Sobre o assunto, consultar PEREIRA, Fábio. *Entenda a dívida interna*. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/dividainternafabio.html>. Consulta realizada em 13/03/2009.

³ Cf. GOIS, Chico de. *Em 2008, mais gastos com bolsas*. Rio de Janeiro: O Globo, 16/09/2007. Disponível em: http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=880. Consulta realizada em 12/03/2009.

⁴ Cf. TRIBUNA DO NORTE. *Bradesco e Itaú têm lucros no 3º trimestre*. Natal/RN, 28/10/2008. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=91353>. Consulta realizada em 12/03/2009.

- ANTUNES, R. *¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAUER, O. A nação. *Um mapa da questão nacional*, Gopal Balakrishnan (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, p. 45-83, 2000.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
- BOMFIM, M. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da práxis*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2004.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *Inaf: 5º indicador nacional de alfabetismo funcional*. Disponível em: www.ipm.org.br/an_ind_inaf_5.php. Acessado em 01/11/2005.
- LUZ, C.R.M. Um olhar sobre a pauta – o fio de Ariadne. *Comum*, Rio de Janeiro: Facha, n. 25, p. 92-134, 2005.
- LUZURIAGA, L. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 16ª ed., 1985.
- MARINI, R.M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MIGUEL, L.F. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. *Comunicação & política*, Rio de Janeiro: Cebela, n. 22, v. 3, p.129-147, 2004.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 28ª ed., 2003.
- SARTORI, G. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru: EdUSC, 2001.
- SILVA, R.B. Mídia, violência e democracia. *Verso & Reverso – Revista da Comunicação*, São Leopoldo/RS: Unisinos, n. 45, v. 3, 2006 a. Disponível em: <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=9&s=9&a=73> .
- _____. Sobre a educação voltada à conservação da dependência. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, n. 27, 2006 b. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteeseite/roberto_bitencourt_27.htm .

Resumo: o artigo desenvolve uma reflexão acerca do papel desempenhado pela grande mídia, enquanto fonte de informação e de formação cultural do povo brasileiro, visando acentuar os desafios e dilemas daí decorrentes ao regime democrático. Destaca também o papel que a escola

pública pode exercer no sentido de viabilizar a sua contribuição ao enraizamento da democracia no país.

Palavras-chave: Escola Pública; Grande Mídia; Nação; Democracia.

Abstract: The article develops a reflection about of the role played by the mass media as a source of information and cultural heritage of the Brazilian people highlighting the challenges and dilemmas deriving from to the democratic system. It also highlights the role that public school can exercise to viable its contribution to the rooting of the democracy in the country.

Key-words: Public School; Mass Media; Nation; Democracy.